

Governo brasileiro assume que “cometeu erros” no combate às queimadas na Amazônia

30 de Agosto, 2019

O vice-Presidente brasileiro, Hamilton Mourão, reconheceu na quinta-feira que o Governo “cometeu erros” no combate às queimadas na Amazônia, já que “todos os anos” a situação se repete, cita a Lusa.

“Cometemos erros, sim. Todos os anos, nós sabemos que agosto, setembro e outubro são meses de seca e de queimadas. É igual ao 7 de setembro [feriado do Dia da Independência do Brasil], sabemos que existe todos os anos. Compete às entidades governamentais, em todos os níveis, travar o combate às ilegalidades cometidas neste momento”, afirmou Hamilton Mourão num encontro com empresários, citado pelo jornal O Globo.

O vice-Presidente do país atribuiu os incêndios que lavram na Amazônia aos “métodos antiquados” de limpeza de terrenos por parte da população. “Existe gente que trabalha nesse limite da fronteira entre a selva e o cerrado [ecossistema mais seco e que cobre um quarto do território do Brasil], que ainda opera de acordo com o avô, com o pai, conceitos antigos de uso do solo. Ele corta o mato, espera o mato secar e atea fogo. É aí tem de entrar a ação do Governo”, frisou Hamilton Mourão, segundo o Globo.

“Sabemos também que, dentro da área amazônica, convivem três tipos de elementos que cometem essas irregularidades: o madeireiro, o ‘grileiro’ [pessoa que falsifica documentos para ilegalmente tomar posse de terras devolutas ou de terceiros] e o garimpeiro. (...) Nós temos de dar oportunidade de trabalho para essas pessoas, porque senão elas vão buscar um modo de ganhar a vida”, acrescentou Mourão.

O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, proibiu, através de um decreto publicado na quinta-feira no Diário Oficial da União, a realização de queimadas no país durante 60 dias. A medida, que já entrou em vigor, surge num momento em que o Brasil enfrenta múltiplos focos de incêndio de grande dimensão na região da Amazônia.

Esta é mais uma medida aprovada pelo executivo de Jair Bolsonaro para combater os incêndios na região na Amazônia, depois de ter aprovado, no dia 23 de agosto e face à pressão internacional, o emprego de militares das Forças Armadas numa operação de “Garantia da Lei e da Ordem”. O efetivo empregado na Amazônia, entre militares e elementos de brigadas de combate a incêndios, é de 3.912 pessoas, além de 205 viaturas.